



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1037856-03.2018.8.26.0114**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Inadimplemento**  
 Requerente: **Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi São Carlos**  
 Requerido: **Próximo Games Distribuidora de Eletrônicos Ltda - EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### VISTOS

**CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO CARLOS** ajuizou Ação de **DESPEJO c.c COBRANÇA DE ALUGUEIS** em face de **PRÓXIMO GAMES DISTREIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA - EPP**, todos devidamente qualificados.

O requerente informa ter locado à requerida a loja nº 113, mas esta está inadimplente em relação aos aluguéis e fundo de promoção dos meses de maio/18 a agosto/2018 totalizando R\$ 43.129,12. Pede a decretação do despejo e a condenação da requerida na importância mencionada.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada, a requerida deixou de apresentar defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia (cf. fls. 82 e 83).

**É o relatório.**

**DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

A ação de despejo por falta de pagamento é o remédio jurídico adequado colocado à disposição do locador para reaver a posse de imóvel quando o locatário estiver inadimplente com os alugueres e encargos da locação.

A pretensão deduzida na inicial não se limitou ao despejo, sendo cumulado pedido de cobrança de alugueres.

Com o silêncio a requerida confessou a mora, devendo pagar os locativos e consectários da avença deixados “em aberto”.

\* \* \*

Assim, ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para rescindir o contrato de locação, nos termos do art. 9º, III, da Lei 8.245/91, e **DECRETAR O DESPEJO** de **PRÓXIMO GAMES DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA - EPP**.

Outrossim, **condeno a requerida** acima mencionada ao pagamento dos aluguéis e encargos deixados em aberto no valor de R\$ 43.129,12 (quarenta e três mil cento e vinte e nove reais e doze centavos), com correção a contar do ajuizamento. Deve, ainda, pagar os aluguéis e encargos que se venceram no curso da lide, nos termos do art. 323, do NCPC, com correção a contar de cada vencimento. Tudo acrescido de juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente, a requerida pagará as custas processuais e honorários advocatícios fixados no despacho de fls. 78, desde que a execução dos alugueres se dê nesses autos. Caso sejam perseguidos em ação autônoma, por meio de execução de título extrajudicial ou cobrança, os honorários para essa ação de despejo ficam estabelecidos em R\$ 8.600,00, a fim de não se configurar *bis in idem* a execução de tal verba.

Transitada em julgado esta decisão, o vencedor deverá iniciar o cumprimento de sentença, promovendo o requerimento necessário nos termos do art. 523 e 524, do NCPD.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 23 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**